

BATTISTI O GOVERNO CONFIRMA A AFRONTA À ITÁLIA E A CRISE FERMENTA

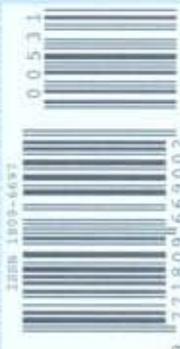
CartaCapital

15
ANOS

ESTADO

A MÃO VISÍVEL QUE SEGURA A CRISE

4 DE FEVEREIRO DE 2009



O Fórum de Davos faz *mea-culpa*: reconhece os riscos do livre mercado e de um neoliberalismo irreal e insustentável, rende-se à necessidade da intervenção estatal e propõe o bem-estar e o planejamento responsável. E a crise atinge até a China...

CartaCapital

POLÍTICA, ECONOMIA E CULTURA

www.cartacapital.com.br

Brasiliana

6 Reality show caseiro

A Semana

14 A opinião de *CartaCapital* sobre os assuntos do momento

Seu País

22 ESTRANHO NO NINHO

Novo presidente do Palmeiras, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo encarna a esperança de mudança no futebol

26 JÚNIOR EM PLENA LUZ

Ao repatriar Cacciola ou bloquear bilhões de Dantas, Romeu Tuma Jr. supera o fantasma de ser o "filho do Tumão"

28 O PALANQUE DE DILMA

Ex-secretário-geral do PSDB, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, rompe com o passado e abraça o "lulismo"

Lances e Apostas

32 EM MEIO À TORMENTA

A Marítima tenta levantar 150 milhões de dólares para se adequar à norma do setor. Mas está difícil achar um parceiro

Especial



A fé no poder

A Igreja Católica intensifica a formação de seus líderes para atuar na política, concorrer com os evangélicos e se fortalecer no Congresso. **PÁG. 8**



MICHEL EULER/AP

52 O Fórum Econômico Mundial reúne-se debaixo da neve e da crise

Nosso Mundo

52 GLOBALIZAÇÃO 2.0

O fórum da globalização neoliberal passou a ser o da intervenção estatal global. Uma reviravolta que jamais previu

56 O OCASO DE UMA ESTRELA

Para surpresa do mundo, o PIB da China caiu no último trimestre de 2008

58 AS ILUSÕES PERDIDAS

A tese do descolamento cai por terra. Estamos todos no mesmo barco

60 CORO AFINADO

Vista do Sul, a crise da turma de Davos não comove, antes abre brechas

62 A BBC AMARELOU

Dois mil protestaram diante da sede da emissora contra a decisão de não transmitir um pedido de caridade

Plural

68 O MAESTRO IRASCÍVEL

O regente John Neschling não viu o tempo transformar muitos condutores de orquestra em pessoas serenas

71 O QUINTAL DO VIZINHO

O diretor argentino Daniel Burman elogia o modo de produção brasileiro

Seções

34 MAIS-VALIA

O mundo dos negócios em doses homeopáticas

73 BRAVO!

Dropes sobre cultura e entretenimento

78 REFOGADO

Marcio Alemão tempera o mundo com graça

79 EVOLUÇÃO E SAÚDE

Os diagnósticos do dr. Rogério Tuma

82 RETRATOS CAPITAIS

As personalidades em evidência

Nossos Colunistas

17 **Wálter Fanganiello** na *Linha de Frente* pela cidadania

19 **Gianni Carta** observa as coisas da vida do Hemisfério Norte em *Trópico de Câncer*

21 **Vitor Knijnik** Em *Blogs do Além*, psicografa os grandes falecidos

30 **Mauricio Dias** A *Rosa-dos-Ventos* do mundo político

61 **Delfim Netto** faz a análise crítica da economia, em *Sextante*

64 **Sócrates** coloca esporte e política na marca do *Pênalti*

65 **Nirlando Beirão** Três páginas sobre quem tem *Estilo* e quem não tem

Especial Infraestrutura



Como manter a dianteira mundial

A matriz energética brasileira encara o desafio do crescimento sustentável. **PÁG. 37**

Confira durante a semana em www.cartacapital.com.br



WWW

Repórter de economia de *CartaCapital*, **André Siqueira** estreia a coluna *Negócios & Empresas*, em que comenta os principais lances e apostas do mercado

A íntegra da entrevista de **Daniel Pinheiro** e **Rodrigo Martins** com Luiz Gonzaga Belluzzo, o novo presidente do Palmeiras

Celso Marcondes escreve sobre a reabertura das investigações do assassinato do ex-prefeito de Campinas, Toninho Costa Santos, ocorrido em 2001

Nossas reservas para o futuro

POR LUIZ ANTONIO CINTRA

A matriz energética brasileira tem servido nos últimos anos de combustível para o País ganhar espaço nos foros internacionais que discutem as mudanças climáticas globais e a necessidade de o mundo reduzir a sua dependência dos combustíveis fósseis, tema que ocupa o topo da agenda mundial. A comparação com outros países é amplamente favorável ao Brasil. Entre os desenvolvidos, a participação das fontes renováveis não chega a 20%; nos EUA, exíguos 7%.

A ampla utilização das hidrelétricas e o uso crescente do etanol na frota de veículos permitem ao País manter 45% da sua matriz energética a partir de fontes limpas. Quando considerada exclusivamente a eletricidade, o índice sobe a 80%, um percentual dos sonhos para líderes estrangeiros como Barack Obama. Nos EUA, os responsáveis pelo planejamento energético estimam que o país levará ao menos duas décadas para as fontes renováveis alcançarem uma participação de 12% na matriz energética. Aqui, esse percentual deverá rondar 47%, de acordo com as projeções oficiais para 2030.

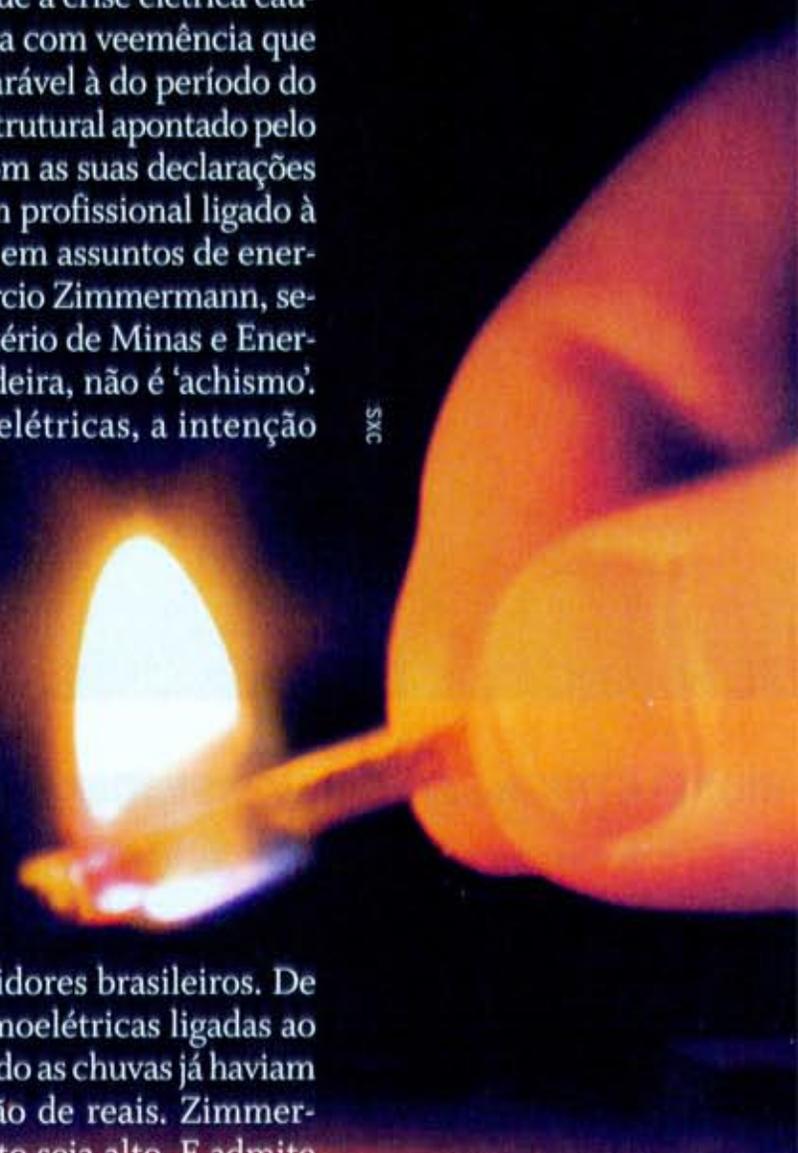
Alguns dos últimos lances do intrincado setor energético nacional têm, porém, esquentado as discussões entre ambientalistas, especialistas e integrantes da cúpula do governo. Para os primeiros, o País estaria, lenta e gradualmente, jogando fora seu mais estratégico cartão de visita internacional. Para outros, o planejamento energético, que parecia sob controle desde o famigerado racionamento de 2002, foi colocado em xeque ao longo do ano passado, quando à demanda aquecida por conta do crescimento econômico acelerado uniu-se a escassez de chuvas ao longo do primeiro trimestre. Em dezembro, Jerson Kelman, então diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a agência oficial encarregada de zelar pelo setor, jo-

Exemplo para o mundo, a matriz energética brasileira, baseada nas fontes renováveis, encara o desafio do crescimento sustentável

gou lenha nessa fogueira. Deixou o cargo afirmando que o País corria, no início de 2008, risco maior de desabastecimento do que aquele vivido no fim do segundo mandato de FHC, quando Kelman, politicamente próximo aos tucanos, comandava a Agência Nacional de Águas (ANA).

Ciente do custo político que a crise elétrica causou ao PSDB, o governo nega com veemência que a situação tenha sido comparável à do período do apagão. “Não havia o risco estrutural apontado pelo Kelman. Fiquei abismado com as suas declarações porque imaginei que ele, um profissional ligado à hidrologia, tivesse evoluído em assuntos de energia”, disse à *CartaCapital* Márcio Zimmermann, secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia. “Isso aqui não é brincadeira, não é ‘achismo’. Quando ligamos as termoelétricas, a intenção era justamente atingir níveis maiores dos reservatórios das hidrelétricas de modo a reduzir os riscos em níveis de segurança. Em um sistema hidrelétrico, quando surge um problema estrutural, é possível ligar as térmicas, e foi isso o que fizemos.”

A opção teve um custo considerável, que será rateado por todos os consumidores brasileiros. De acordo com a Aneel, as termoelétricas ligadas ao longo de 2008, mesmo quando as chuvas já haviam voltado, custaram 1,8 bilhão de reais. Zimmermann reconhece que o custo seja alto. E admite



SXC

que o modelo, neste caso, necessita de ajustes. “Tivemos, no ano passado, situações que mais à frente terão de ser corrigidas, já que, algumas térmicas, quando são ligadas saem caro. Por outro lado, elas foram construídas para ser utilizadas quando necessário, não para decorar as estradas.”

A necessidade de acionar as termoelétricas, sabidamente mais caras e mais poluentes, tem a ver com o calcanhar-de-aquiles do planejamento energético brasileiro. Alguns especialistas consideram que o governo tem sido leniente no licenciamento ambiental dos novos projetos de hidrelétricas – e essa crítica não se restringe às áreas ambientais do governo. Mantido o atual padrão, reconhece o governo, será preciso acionar com frequência cada vez maior as usinas movidas a combustível fóssil.

Na ponta do lápis, os números oficiais a respeito do incremento anual da capacidade de geração de energia deixam entrever o tamanho do problema. No primeiro mandato de Lula, a média foi de

3,6 mil MW de acréscimo anual. Nos dois primeiros anos do segundo mandato, o número caiu para 3,1 mil MW. Abaixo do ritmo de crescimento da demanda, o desempenho superou com boa margem a média do governo FHC, quando a capacidade cresceu anualmente, em média, 2,3 mil MW, nos dois mandatos. Naquela ocasião, o País também contava com menos linhas de transmissão. E a situação degradingou de vez, quando o clima seco reduziu drasticamente a capacidade de geração das usinas de maior porte.

Não por outro motivo a geração e transmissão de energia foram incluídas com destaque na divisão de investimentos previstos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os recursos contemplam as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, os dois maiores projetos hídricos no País, linhas de transmissão, construção de gasodutos e exploração de gás natural e petróleo. No último balanço do PAC, divulgado em outubro do ano passado, 12% das obras em andamento foram consideradas preocupantes ou merecedoras de atenção.

“Quando se diz que a capacidade de geração cresceu pouco nos últimos anos, esquece-se que o mercado encolheu por causa do racionamento de 2002. Os leilões têm ocorrido desde 2005. E as usinas são contratadas para entrar em operação em determinada época, o que está de fato ocorrendo. Contratar muito mais do que precisa significa um custo desnecessário que se impõe à sociedade. O ponto-chave é que a capacidade tem crescido de acordo com a necessidade”, afirma o secretário-executivo.

A crise financeira internacional também impôs algumas restrições e obrigou o governo a mudar seus planos. A injeção de 100 bilhões de reais no orçamento de 2009 do Banco Nacional de ▶





FABIO MOTTA/AE



VALÉRIA ALMEIDA

Além das questões ambientais, existem lacunas no financiamento

DEBATE. Zimmermann, do Ministério de Minas e Energia, rebate as críticas de ambientalistas como a senadora Marina Silva, que vê o risco de o País perder a vantagem sobre os países desenvolvidos

► Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem relação com esse quadro. Os recursos servirão principalmente para que a Petrobras mantenha o seu cronograma de investimentos na exploração das reservas de petróleo e gás natural localizadas no pré-sal, mas também em geração de etanol e fontes alternativas como a de biomassa, eólica e, em menor medida, solar.

Economista da consultoria LCA, Fernando Camargo chama a atenção para algumas brechas na estrutura de financiamento que poderão complicar o cronograma das obras, especialmente no caso de Jirau e Santo Antônio, cujos investimentos previstos, em cada usina, superam 10 bilhões de reais. “As empresas que venceram os leilões não têm como aportar as garantias exigidas para tomar o empréstimo necessário, dado o volume muito grande que certamente colocaria seus balanços em uma situação delicada”, afirma. Para Camargo, a saída que resta é realizar uma operação de crédito conhecida no mercado financeiro

como *project finance*. No caso, significa dizer que os empréstimos serão garantidos pelo fluxo de caixa futuro gerado pelas próprias usinas mais adiante. “O BNDES tem discutido de forma muito conservadora a possibilidade de aceitar essas garantias, o que implica mudança na política do banco. O mundo inteiro faz dessa forma, mas no BNDES a discussão se arrasta há quase um ano.”

Para especialistas, a dificuldade em aprovar os projetos de hidrelétricas obriga o governo a lançar mão das demais fontes, cujo processo de licenciamento é mais rápido e barato. Os críticos dão como exemplo o resultado do último leilão de energia nova, realizado em setembro do ano passado, quando apenas uma hidrelétrica de pequeno porte saiu vencedora, apesar de ser a fonte reconhecidamente mais barata e sem emissão de gases de efeito estufa. Dos 3,1 mil MW leiloados, 2 mil MW serão gerados a partir da queima do óleo combustível. Isso ocorrerá a partir de 2013, quando 17 novas usinas estarão à disposição do governo para entrar em operação se necessário. Outros 276 MW contratados no leilão serão gerados a partir de carvão mineral. Além de mais caras, as duas fontes são reconhecidas vilãs da crise ambiental.

“O diferencial que representa a matriz energética brasileira pode ser perdido por conta da falta de persistência para que ela se mantenha renovável e segura”, afirma a senadora Marina Silva (PT-AC). Quando esteve à frente do Ministério do Meio Ambiente, a senadora foi duramente atacada pela demora na aprovação dos licenciamentos ambientais necessários para que os projetos de hidrelétricas pudessem ir a leilão. Para Marina, o governo deveria investir mais na geração de energia eólica e realizar os estudos de viabilidade técnica e econômica

antes de responsabilizar o Ibama pelo prazo de análise. “Não é possível transformar o setor ambiental em responsável porque existe um dever de casa a ser feito pelo governo. Hoje existem apenas seis empreendimentos cujos estudos de viabilidade foram aprovados pela Aneel e que aguardam a licença prévia para o leilão. Esses projetos gerarão cerca de 800 MW, apenas 1% da atual capacidade instalada. Como é possível dizer que essas licenças são as responsáveis? ►



CAPACIDADE DE GERAÇÃO INSTALADA E EM OPERAÇÃO NO RIO/UF:

Rio	Nº de Usinas Instaladas	Capacidade Instalada (kW)
Tocantins - PA	1	8.370.000
São Francisco - AL	6	7.441.601
Grande - MG	12	7.191.400
Paraná - PR	2	7.000.085
São Francisco - BA	8	6.811.501
Iguaçu - PR	5	6.674.000
Paraná - MS	3	6.535.200
Paraná - SP	3	6.535.200
Paranaíba - GO	4	5.640.500
Paranaíba - MG	4	5.640.500

PARA OS RIOS QUE FAZEM A DIVISA DE ESTADO DO BRASIL, A POTÊNCIA ESTÁ QUANTIFICADA PARA AMBOS OS ESTADOS.



AGÊNCIA PETROBRAS

▶ EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO

Tipo	Quantidade	Potência Outorgada (Kw)	%
Central Geradora Hidrelétrica	1	848	0,01
Central Geradora Eolielétrica	16	399.430	3,10
Pequena Central Hidrelétrica	70	1.131.215	8,77
Usina Hidrelétrica de Energia	23	7.781.400	60,32
Usina Termoeletrica de Energia	36	3.587.638	27,81
Total	146	12.900.531	100

GÁS NATURAL.

Além de ampliar a produção nacional, será preciso construir mais gasodutos para garantir o abastecimento

As hidrelétricas manterão a sua posição de principal fonte de eletricidade



CLAYTON DE SOUZA/AE

▶ Essa é a técnica de encontrar bode expiatório”.

No leque de opções existente, a biomassa e, em maior medida, a energia eólica deverão ocupar uma posição de destaque crescente. No ano passado, o governo realizou o primeiro leilão específico para geração de energia de biomassa. Prepara para o primeiro semestre deste ano um para a eólica, apesar do preço ainda duas ou três vezes superior ao da hidreletricidade. No caso das usinas nucleares, a situação é um tanto mais nebulosa, inclusive por conta da retração mundial do setor, que desde meados dos anos 80 deixou de ampliar o número de usinas em operação.

O plano anunciado recentemente pelo governo prevê quatro novas plantas nucleares até 2030, além da conclusão de Angra 3. “Quando olhamos para 2030, o potencial de construção de novas hidrelétricas disponível passa a ser insuficiente para atender o crescimento da demanda. E aí a energia nuclear passa a ser interessante, inclusive porque não emite gás carbônico”, afirma Mauricio Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Tolmasquim chama a atenção para o fato de o Brasil possuir a sexta maior reserva de urânio do mundo, o que aumentaria a competitividade. “Mas o Brasil está muito prudente nessa área. Da mesma forma que investimentos em energia nuclear, pretendemos investir na eólica, em que o potencial do Brasil equivale a dez usinas como Itaipu.”

O físico José Goldemberg, que em novembro passado ganhou o prestigioso Blue Planet em Tóquio, o equivalente ao Nobel do meio ambiente, discorda da opção. “Até 2017 será finalizada Angra 3 – já que começou é melhor terminar. Em relação às demais, é difícil justificar a necessidade”, afirma. Goldemberg critica alguns governadores da região Norte do País, que recentemente se manifestaram em prol da construção de usinas nucleares em seus estados. “Esses governadores deveriam estimular o uso da tecnologia eólica, que não tem nenhum tipo de impacto ambiental. Além disso, a energia eólica pode gerar créditos de carbono e, dessa forma, reduzir o preço.”

Para os formuladores do planejamento estratégico, no País as usinas hidrelétricas manterão a prevalência em relação às demais fontes de energia. A eólica e a nuclear ganharão participação na matriz. As termoeletricas a óleo entrarão como complemento, para ser acionadas apenas quando necessário. A vantagem, avaliam os especialistas, é reduzir a dependência das chuvas. O risco é elevar o custo de produção da energia e as emissões de gases de efeito estufa, dois trunfos do País no xadrez da geopolítica energética internacional. ■